

Remendos e ideias feitas

"Eu acho que as escolas deveriam ser como dizes, mas, com as condições que eu tenho, eu não posso?"

Interrompi o discurso do meu amigo professor: "A que condições te referes?"

Balbuciei qualquer coisa acerca do número de alunos por turma, falta de espaço, falta de tempo, de material...

Depois de uma fraterna desconstrução de ideias feitas, o professor admitiu que o que faltava era outra coisa... mas fugiu para a frente: "Mesmo que os teóricos falem de ensino diversificado, com trinta ou mais alunos em cada turma, nunca poderemos fazer esse ensino. E não se pode pedir a um aluno de sétimo ano o que se pode exigir a um que está no oitavo. Não se pode voltar atrás, porque temos de cumprir o currículo..."

Interrompi-o, mais uma vez: "Ora explica lá!?"

"Por exemplo, na minha escola havia alunos que estavam no terceiro ano e ainda não sabiam ler nem escrever.

Pusemos tudo de lado e trabalhámos só a Língua Portuguesa".

Mais uma interrupção: "E a Educação Física? E a Musical? Não fazem parte do currículo?"

Não respondeu. Nem precisaria, porque os professores não detêm o monopólio das "ideias feitas".

Frequentemente, os absurdos são instituídos por determinação ministerial. Para não cansar o leitor, seleccionei alguns, que esse meu amigo jurou ter lido em legislação recente e num artigo de jornal: "planos de recuperação" poderão ser aplicados em alunos, para que "recuperem do atraso"; "aulas de recuperação para alunos mais fracos" foram generosamente pensadas para os contemplados com três ou mais negativas, ou que não tenham tido um "desempenho aceitável".

O meu amigo e professor não me disse se o ministério se deu ao trabalho de definir conceitos como o de "aluno mais fraco" ou de "desempenho aceitável", ou se foi pedida às escolas a explicação dos "atrasos". Em contrapartida, o ministério contemplou os professores com sugestões naïf. Cito uma delas, sem comentário: "os professores podem juntar os alunos por grupos e pôr os melhores a ajudar os mais fracos, ou reunir os mais fracos para trabalharem matéria que não compreenderam tão bem".

Fiquei estupefacto perante o semblante de surpresa do meu amigo, quando me descreveu tão óbvias e vulgares sugestões ministeriais. E não pude deixar de rir perante o modo solene como acrescentou que o Ministério prevê que as escolas adoptem dois tipos de planos: os de acompanhamento e os de desenvolvimento. Os primeiros serão pensados para prevenir situações de retenção repetida. Os segundos serão dirigidos a alunos "que revelem capacidades excepcionais de aprendizagem".

Os legisladores até legislam a legitimação de processos de exclusão escolar e social, quando sugerem que se constituam turmas com "currículos próprios" constituídas por alunos sem sucesso escolar ou com "problemas de adaptação" (sic).

Inspiradas na lógica fabril, com os seus cronogramas de produção e relacionamentos de trabalho hierárquicos, muitas escolas agem como freios ao desenvolvimento. Acolitadas por legisladores, mantêm-se cativas de abstrações como: "turma", "carga horária", "ano", "aluno médio", "aluno fraco", "aluno atrasado"... Não reconfigurando as suas práticas, de modo a dar resposta à diversidade, adoptam "planos de recuperação", "aulas de reforço" e outros inúteis remendos ministerialmente decretados.

José Pacheco